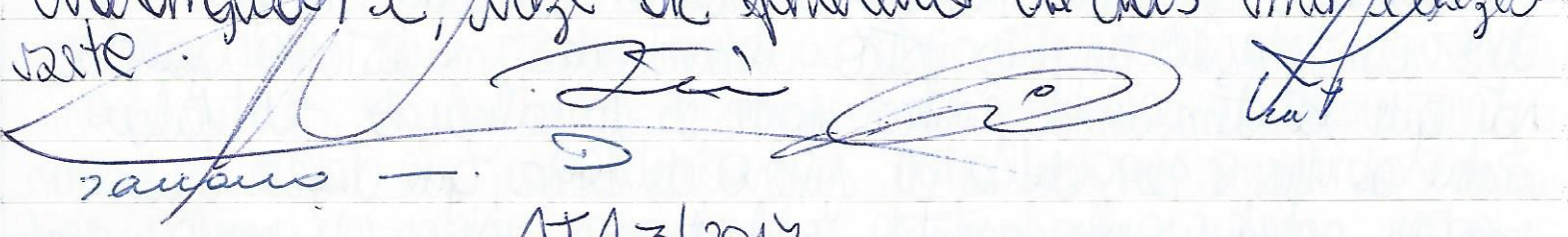


a assessoria da Comissão, e o Trabalho desta
 assessoria está limitado, e que o Município de
 Morrão Grande não irá mais pagar por este servi-
 ço. Os demais municípios então concordaram em não
 suspender o pagamento, e que uma reunião deve ser
 realizada com os prefeitos e os 15 (quinze) secretários
 Municipais de Saúde para discutir uma solução
 para este problema. Valdonir Rocha falou que neste
 ano irá realizar reuniões com as 15 (quinze) Câ-
 maras de Vereadores para falar do trabalho desem-
 penhado pela AMESC e a importância da união de
 poderes executivos e legislativos. Prefeito Arlindo pediu
 que a AMESC realize um comparativo dos valo-
 res repassados as Câmaras de Vereadores no ano
 de 2016. Solicitação foi aprovada. Prefeito Arlindo
 também enfatizou que a AMESC deve contratar o
 mais breve possível uma consultoria jurídica para
 auxiliar os municípios. Nada mais irá ser tratado,
 su, Arlindo Rocha, Secretário, Lavrei a presente
 ata que vai por mim e membros da diretoria, de-
 cididamente assinada.

Ararambuá/SC, Treze de fevereiro de dois mil e dezesse-
 sete.



ATA 3/2017

Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil
 e dezessete, às nove horas, reuniram-se no auditório
 da Associação dos Municípios do Extremo Sul Lata-
 vinense (AMESC), os prefeitos que compõem a Asso-
 ciação para tratarem do disposto no edital de
 convocação nº 002/2017 de 14 de fevereiro de 2017.

Composta a mesa, o presidente da AMESC, prefeito de
Moxo Grande, Valdivino Rocha, saudou os presentes, pa-
tralizou as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher
lembrado no dia de hoje, e deu início aos trabalhos
para tratar da seguinte ordem do dia: 1) Exposição do
Juiz de Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho, Ricardo
do Jahn, sobre acidente de trabalho, contratações de pres-
tadores de serviços e a responsabilização dos municípios
e gestores. O presidente agradeceu a presença do Juiz, des-
taca que a Associação sente-se honrada em receber
o Juiz para falar sobre este tema que é de grande
importância, e na sequência passou a palavra para o
Magistrado. Ricardo agradeceu a oportunidade dada para
participar da assembleia, parabenizou as mulheres pelo Dia
Internacional da Mulher, e destacou que se faz presente nes-
ta assembleia para trazer reflexões e falar da responsabi-
lização dos prefeitos, do administrador público nos acidentes de
trabalho e nas contratações de prestadores de serviços pelos mu-
nicipios. O Juiz disse que trabalhou como auditor do Tribunal
de Contas do Estado do Rio Grande do Sul antes de ingressar
na magistratura. Segundo ele, o TCE/RS é o que mais res-
ponsabiliza os administradores públicos do Brasil, e que 40%
das condenações do país estão concentradas no estado gaúcho,
já que lá tem uma política forte de fiscalização. Ele falou
sobre a Lei 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as
sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimen-
to ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou fun-
ção na administração pública direta, indireta ou fundacional.
O Juiz enfatizou que é momento de gestores públicos deixarem
de lado o comodismo, e é necessário ser administrador, ter
profissionais que possam oferecer apoio, e um corpo jurídico
com boa qualidade. Conforme ele, contratar assessoria jurídica
porque o amigo não pode existir. Ele citou exemplos de acidentes

de trabalho que ocorreram em prefeituras notadamente recentemente, como o ocorrido na cidade de Campos Novos em maio de 2016, e que a investigação sobre o acidente que vitimou um funcionário, responsabilizou inicialmente o prefeito e o secretário de Obras porque não observaram o dever de cuidado ao permitirem a realização da obra sem a observância das normas técnicas previstas na legislação que trata da segurança em obras e ou construções. Ricardo Jahn mostrou os dados oficiais de acidentes por municípios da região em 2013 e 2014. No Brasil nós temos mais de 700 mil acidentes de trabalho todos os anos e em Santa Catarina 40/mil ano, e estes acidentes podem ser uma morte, uma perda de braço, uma lesão na coluna, no pé. Conforme as estatísticas brasileiras, toda um de nós irá sofrer pelo menos um acidente de trabalho na nossa vida, e o empregado e o empregador são trabalhadores. He guarda com o magistrado, zero é o número ideal de acidentes de trabalho, assim tivemos uma economia mais forte. Ele acrescenta que em 1970 o Brasil foi campeão mundial de acidentes de trabalho. Jahn, que também é gestor Regional do Programa Trabalho Seguro, sugere que os municípios encaminhem a Câmara de Vereadores projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de constar nos editais de licitação e respectivos contratos administrativos, cláusula de capacitação dos trabalhadores envolvidos sobre o tema saúde e segurança do trabalho. Com esta lei serão evitados acidentes de trabalho, a responsabilização das empresas, dos municípios e seus gestores. O juiz sugere que os municípios instituíam o dia de conscientização de saúde e segurança do trabalho, no qual a rede municipal de ensino durante este dia, por meio de seus professores, realizaria atividades de classe ou aula para alertar os alunos para a questão. Ele se prontificou a

participar de treinamentos para os professores da rede municipal de ensino sobre a importância da prevenção de acidentes de trabalho. O juiz distribuiu a revista do Programa Trabalho e Segurança, no qual ele é juiz representante do programa. O presidente da AMESC, Waldemir Rocha, agradeceu a exploração do juiz e abriu a palavra para os prefeitos. Prefeito Arlindo Rocha mencionou como as empresas estão despreparadas, falhou de infraestrutura nas prefeituras para se adequarem a legislação trabalhista, terminou pedindo para explorarem o Hjr Ricardo um todo conhecimento dele. Ricardo diz que quando os municípios realizarem treinamentos e cursos sobre segurança no trabalho é essencial manter os empregados conscientes da prevenção para reduzir os acidentes. Prefeito Henrique destacou o orçamento reduzido dos municípios e enfatizou que é necessário a implantação nas prefeituras da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), e mencionou a importância de promover cursos de segurança do trabalho nos municípios, e de os alunos trabalharem junto com os professores sobre segurança do trabalho. Presidente Waldemir mencionou que a Associação irá montar um calendário para que o Hjr Ricardo ministre palestras na rede municipal de ensino para os professores, e todos os prefeitos concordaram. Prefeito Arlindo Rocha falou que investir em segurança do trabalho é investir no futuro. O magistrado pediu saberes dos prefeitos para elaboração do projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de estar nos editais de licitação e respectivos contratos administrativos, cláusula de capacitação dos trabalhadores envolvidos sobre o tema saúde e segurança do trabalho e sua aplicação, para após instituir no calendário anual a semana de integração de saúde e segurança do trabalho. Ele salientou que não vai sustentar de palestrar para os professores, e que os municípios também o Programa Trabalho Seguro como parceiros. Prefeito Zélio disse que nenhum município terá dificuldade em

aprovar esta lei, que irá trabalhar a conscientização e a importância da prevenção de acidentes de trabalho, isso aí nome social é muito grande. Presidente Taldonit agradece um a presença do Juiz do trabalho, Ricardo Jahn, e releve a Amrec a disposição falou sobre a importância de termos um magistrado que se preocupa tanto com o ser humano.

PELO AGIO: Na sequência, o presidente da Amrec falou sobre a instalação da praça de pedágio na BR-101, em São João do Sul, e que atenderá o Trecho do Km 455,9, em São João do Sul (SC), até o entroncamento da BR 101 com a BR 290, em Itapóio (RS). O presidente da Amrec e prefeito de local do Sul, Admir Magagnin, diz que é necessário a união dos 27 municípios que integram as duas regiões para solicitar a ANTT a realização de audiência pública em São João do Sul, e mostrar a Agência e ao Ministério dos Transportes que discordam da decisão de instalar uma praça de pedágio no município de São João do Sul, já que mais de 90% do trecho pedagiado fica no Estado do Rio Grande do Sul. Prefeito Moacir diz que a arrecadação do ISS ficará quase em sua totalidade nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, que dos 96,9 quilômetros atendidos pelo pedágio, apenas 9,1 km estão em solo Catarinense, e passam pelas cidades de São João do Sul e Paratubal de Torres. Prefeito Moacir fala que diante da gravidade da situação, é imprescindível a participação dos prefeitos, deputados e senadores na defesa dos interesses dos municípios catarinenses. Ele enfatizou que não sabia sobre a instalação da praça de pedágio em São João do Sul, e que casou por um convite que recebeu um dia antes da audiência pública em Porto Alegre, no qual compareceu e diz que teve muito debate e reivindicações dos prefeitos sobre o pedágio, além de grande participação dos deputados. Prefeito Moacir pediu uma mobilização rápida para que

A prova de fadiga não será instalada em Ponta Noturna.
O Presidente Waldemar reforçou que para aplicar os recursos na
BR 101 no Rio Grande do Sul não será orçado. Os prefeitos
definiram que será enviado ofício ao diretor da ANTT e ao pre-
sidente do Fórum Parlamentar Catarinense, Senador Dalvírio Be-
ber, pedindo para que seja marcada audiência pública em
São José do Sul para debater a instalação desta prova de
fadiga. Presidente Waldemar agradeceu a presença do Presi-
dente da Amec. Em seguida, a gerente executiva da Amec,
Estel Zomette Barp, presidiu a assembleia lembrando os
prefeitos para o Congresso Catarinense dos Municípios de 14 a
16 de maio, em Joinville; entregou o relatório de execução da
mesa rede da Amec, e destacou que foram pagas até este mês
17 mensalidades, totalizando R\$ 978.819,76 pagas a contratada; foi
entregue a Resolução nº 001/2017 que estabelece o calendário de
Assembleias da Amec para 2017; foi entregue a agenda de reu-
niões dos delegados da Amec nos meses de maio; foi reali-
zada nos Municípios de Balneário Riviera, Santa Rosa do Sul
e a Paraisópolis de Torres que assinaram o documento de interesse de
integrar-se ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Ara-
mangá; prefeitos foram informados que o Ministério do Turismo
disponibilizou no Sistema de Compras (SICOMV) do Governo
Federal o Programa nº 5400020170004 até o dia 31/3/2017
para cadastramento de propostas voluntárias para apoio a
projetos de infraestrutura turística - contato de Repasse e o valor
mínimo dos projetos é de R\$ 250 mil. A proposta é voluntária,
traz valor, não depende de emenda parlamentar. No momento da
conclusão no sistema, após o cadastramento de propostas de
mesma SICOMV, o prefeiteiro deve escolher a opção "enviar"
para análises. O processo só será concluído após a escolha
desta opção. Foi pedido aos prefeitos a confirmação da presença na
Marcha dos Prefeitos de 15 a 18 de maio, em Brasília, para que
possam obter bilhetes aéreos e hospedagem sem custos mais

apresentações; foi entregue o demonstrativo contábil da Amesc referente a competência de fevereiro de 2017. Foi apresentado pelo engenheiro agrônomo da prefeitura de Araramungá, Adailton, o pré-projeto do pátio da nova sede da Amesc. Presidente Waldimir diz que a prioridade na Associação neste ano é a conclusão da obra, e que a nova sede seja inaugurada até o final do ano. Ele acordo com ele, neste ano deverá ser feito pelo menos o pátio na parte da frente da Associação, para que na obra passamos no próximo ano tomar novos rumos, partir para outras prioridades. Ele salientou que a obra foi iniciada e é necessário concluir, e não pode deixar abandonada. Além disso, ele reforçou que devemos agilizar a escrituração do terreno que ainda não é de propriedade da união. Os prefeitos aprovaram a execução do projeto do pátio da nova sede da Amesc. Quando se iniciou na reunião, o presidente convidou o diretor do CIS/AMESC, Ricardo Ghallere, para falar sobre o Consórcio de Saúde. O presidente pediu ao diretor que fale sobre as informações que os prefeitos receberam pela imprensa sobre a administração do Hospital São Marcos de Boa Vista, e que Ricardo tem para velar, e ver de que forma vamos continuar o trabalho no Consórcio. Presidente Waldimir destacou que a abrangência da Comissão Intergestores Regionais (CIR) da região de saúde do extremo sul noroeste está sendo feita na AMESC, reunindo as despesas dos municípios. Ricardo falou que o Consórcio foi criado em 1996 e, desde a criação o objetivo é que os municípios economizem na área de saúde, principalmente nos serviços que os municípios não oferecem à população nos postos de saúde. São consultas com especialistas, e obras de alta complexidade, e a partir de 2005 foi iniciada pelo CIS/AMESC a compra conjunta de medicamentos, e com o volume de todos os municípios foram adquiridos muitos

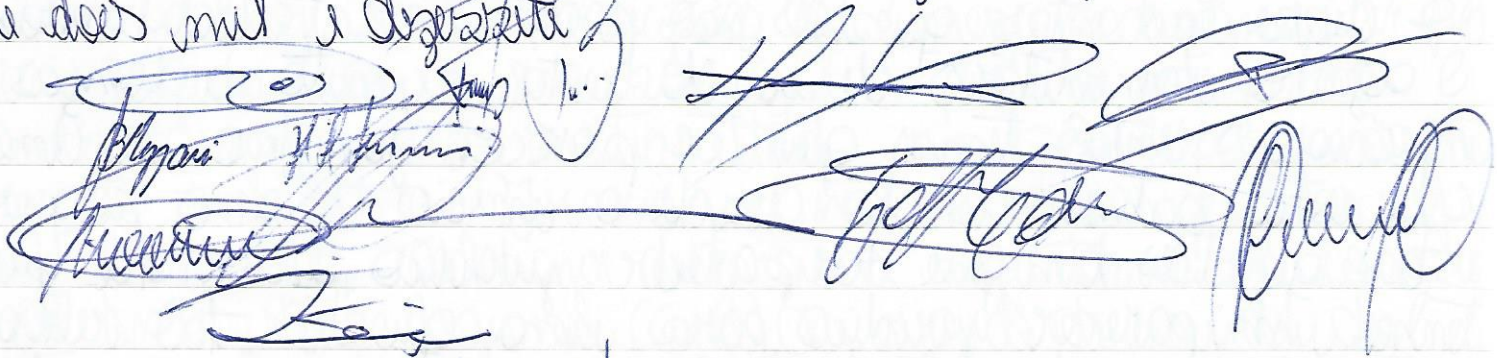
extremamente satisfatórias e tem funcionado muito bem. Segundo ele, chegou ao conhecimento do presidente Waldemar que no serviço de saúde da Amec os preços das consultas e dos exames, como tomografia e ressonância magnética são praticados por um preço mais acessível, e que ele conseguiu a tabela completa dos serviços do CIS/AMBEC e eles tem preços mais vantajosos que os praticados no CIS/AMESC, e o CIS/AMESC já estava e tem mantido contato com as últimas para que eles pratiquem os mesmos preços, inclusive já espera a respectiva de uma última que faça ressonância magnética a preço SUS. Ricardo destacou que uma ressonância a preço SUS custa R\$268 e no CIS/AMESC custa R\$520. Há acordo com ele, e que o CIS/AMESC podia fazer, só foi feito para pagar o preço. Ricardo afirmou que o CIS/AMBEC é diferente do CIS/AMESC porque é um contrato público, e o CIS/AMESC foi criado antes da lei dos contratos em 2005, então é um contrato privado, e continua privado. O diretor falou que o CIS/AMBEC começou agora, e só iniciou com preços baseados na tabela de SUS, e com o CIS/AMESC iniciou em 1996, ele não está conseguindo atingir o preço do SUS, e começou com um preço mais alto. Então por isso com esta diferença de preços nos serviços. Em relação dos medicamentos, os preços do CIS/AMESC são menores que os preços do CIS/AMBEC. Prof. Orlando sugeriu que Ricardo converse com o secretário de Saúde de Maracá, Wilson Copetti, que já atua na região da AMBEC e tem grande experiência na área da saúde, e ele pode ajudar nos encaminhamentos de serviços. Presidente Waldemar pediu que Ricardo comunique os prefeitos da Amec em assembleia, digam que conseguire os mesmos preços dos exames praticados na região da Amec. Ricardo falou que o CIS/Amec administra a UPA de Amarajá e isto traz um recurso extra para o município, e os municípios usam o UPA gratuitamente de graça que tem ficado muito na mídia e a administração

do Hospital Regional de Araraquã e da Policlínica, e há quase dois anos o CIS/AMESC negocia com o Estado a administração do Hospital Regional para que fique com a região, e não com uma empresa de São Paulo. No acordo com ele, o Estado tinha o interesse de dar a administração da Policlínica que foi concluída em frente ao HRA para o CIS/AMESC, e o Estado devia da concluída com móveis e equipamentos para que os municípios tivessem uma redução dos gastos porque ali ficaria todas as consultas com especialistas, exames, tudo que o HRA teria que fazer e não faz, seria feito na Policlínica. Ricardo deseja que questione o Estado de como ficaria as cirurgias, que os municípios não têm, e que vai ficar para o CIS/AMESC administrar a Policlínica, que também administre o HRA, porque o paciente vai fazer a consulta, os exames e a cirurgia. Conforme ele, hoje o acesso ao HRA tem sido difícil. Prefeito Aldeir diz que a mídia trouxe que o consórcio deveria administrar o Hospital São Marcos de Nova Venéza, e este assunto está sendo tratado por ele como presidente do consórcio, e o Ricardo, e que anteriormente seria trazido aos prefeitos. Ricardo deseja que Nova Venéza faz parte do CIS/AMESC há 10 anos, e tem os mesmos direitos que os municípios da Amese, e que ele foi procurado pelo prefeito de Nova Venéza, Rogério Krigo, porque este está com problema sério com o Isev que administra o hospital, e também administra o Hospital Dom Joaquim de Embaúba. Conforme Ricardo, o Isev não está reparando nem salários, nem paga os médicos, e o hospital acaba de fechar. A intenção do prefeito de Nova Venéza é que vai fazer um contrato emergencial de seis meses, só até encontrar outra entidade capaz de gerir o hospital, e o município pagaria os valores anteriormente para pagar a falta de pagamento e os médicos.

Ricardo garantiu que para CIS/AMESC seria interessante administrar o Hospital São Marcos de Nova União porque muitas cirurgias dos municípios da Amesc poderiam ser feitas lá pelo SUS. Os recursos que o prefeito vai pagar anteriormente não custam tudo, e o CIS/AMESC não tem impacto trabalhista. Financia-se nas mãos dos prefeitos aqui. Presidente Valdimir destacou a importância da Comissão Intergestora Regional (CIR) da região de saúde do extremo sul Catarinense, e pediu ao Ricardo e ao Prefeito Aldair para que trouxa o contrato para ser analisado. Perguntado ele, temos problemas para administrar a saúde na nossa região, então é necessário a análise jurídica da Amesc. Presidente Valdimir pediu explicações a Ricardo sobre as ações trabalhistas contra o CIS/AMESC, publicada nos últimos dias no jornal Enfoque Popular, e que isto preocupa muito porque é o CPF dos prefeitos que está ali, por isto temos que ter um jurídico na Amesc, para que futuramente não tenhamos que pagar ônus. Ele acordou com ele, a gestão administrativa do município de saúde da Amesc preocupa, e tem que ser mais transparente, e é necessário que todas as decisões do CIS/AMESC também a digital de todos os 15 prefeitos. Presidente Valdimir enfatizou que o trabalho com transparência é essencial, e não está acontecendo respeitadas, mas é necessário trabalhar em conjunto CIS/AMESC e AMESC. Ricardo falou que são três ações conjuntas, e todos os agentes de saúde de Araranguá, Jacinto Machado e Patro de Torres são contratados através do município. Conforme Ricardo, os agentes comunitários desde 2010 não era pago insalubridade porque a insalubridade era paga mediante laudo técnico, e o laudo que o CIS/AMESC tinha de médio do trabalho contratado pelo CIS/AMESC dizia que não era uma atividade insalubre, até que veio uma decisão do STF, que o agente de saúde deve receber insalubridade, e não veio para os últimos cinco meses, e Araranguá vai ter que pagar

R\$ 3 milhões, apesar de ter o laudo Técnico que apresenta a empresa, o que prevalece é a decisão do STF. Prefeito Arlindo diz que estas questões não podem ser tratadas assim. O agente comunitário de saúde está exposto a demandas imprecisas, então temos que ter parecer jurídico na Amesc, e está batendo muito desde o início do ano porque estas questões tem que ter parecer jurídico, e deveria que tenha um parecer jurídico para uma questão tão relevante que é o patrocínio trabalhista que podemos criar. Ele enfatizou que é advogado, e não trabalha nada sem parecer jurídico. Ricardo diz que a ação trabalhista é contra a CIS/AMESC, mas como é referente aos agentes comunitários de saúde contratados pelo CIS/AMESC para trabalhar na prefeitura de Araramungá, quem deve pagar é o município de Araramungá. Segundo ele, o contrato já tem diversas ações trabalhistas e sempre quem pagou foi o município, nunca foi custeado pelos demais municípios. Prefeito Arlindo enfatizou que se o município de Araramungá não pagar, não vale os demais municípios contratados. Ricardo diz que a ação foi suspensa por 60 dias e eles vão negociar a forma de pagamento, se não será parcelado. Presidente Waldemar pediu ao diretor do contrato, Ricardo Gheber, e o presidente do CIS/AMESC compartilhem com os prefeitos as demais decisões que forem tomadas no contrato. Lembrar os prefeitos, as coisas são mais sérias do que nós imaginamos. Prefeitos Zênio e Arlindo falaram sobre a contratação de assistência jurídica pela Amesc, disseram que devemos contratar o mais breve possível. Segundo eles, a cada mais, maior a demanda de trabalho para os prefeitos. Iniciada em discussão a contratação, foi aprovada pelos prefeitos e serão feitos novos orçamentos e apresentados na próxima assembleia da Amesc. Nada mais só ser tratado, em, Arlindo Rocha, Vereador

Ata, lasei a presente ata que vai por mim e membros da
diretoria, devidamente assinada. Ararongua 15C, oito de março
de dois mil e dezessete



ATA 4/2017

Nos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e
dezessete, às nove horas, reuniram-se no auditório da
Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense
(AMESC), os prefeitos que compõe a Associação para tra-
tar em do disposto no edital de convocação nº 004/2017
de 13 de março de 2017. Compôs a mesa, o presiden-
te da AMESC, prefeito de Morro Grande, Waldemar Rocha,
dando os presentes o deu início dos trabalhos para tra-
tar da seguinte ordem do dia: 1) Discussão sobre a forma-
lização de convênio com o Município Nova Venéza pelo
consórcio Intermunicipal de Saúde (CIS) da AMESC para
administração do Hospital São Marcos (HSM) de Nova Venéza;
2) Limite para visitar as obras de pavimentação de trecho
da BR-285, em Timbé do Sul; 3) Participação dos municípios
na reunião presencial da Audiência Pública nº 001/2017 da
Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que tem
que ter por objetivo discutir a instalação da Praça de Roda-
gêo na BR-101, no trecho de 1km 455,9 em João José do
Sul (SC) até o entrocamento com a BR-290, em Barro Preto,
dia 24 de março de 2017 (sexta-feira), às 14 horas, na Sociedade
Española de João José do Sul, Rua Luiz Simões Lora, 461,
centro, no município de João José do Sul; 4) Assuntos gerais
da reunião, presidente Waldemar parou a palavra os presentes